



RELATÓRIO DA CORREIÇÃO ORDINÁRIA REALIZADA NA COORDENADORIA DE CONTROLE DA DIREÇÃO DO FORO E CENTRAL DE MANDADOS DE SÃO LEOPOLDO EM 29.07.2015

Aos 29 dias do mês de julho de 2015, compareceu à sede da Coordenadoria de Controle da Direção do Foro e à Central de Mandados de São Leopoldo a Excelentíssima Senhora CARMEN GONZALEZ, Desembargadora Vice-Corregedora do Tribunal do Trabalho da 4ª Região, acompanhada da servidora Ana Maria Lucena Adams, para Correição Ordinária anual, nos termos legais e regimentais, conforme os autos do Processo Administrativo nº 0004005-10.2015.5.04.0000. A Desembargadora Vice-Corregedora e a sua equipe foram recebidas pela Juíza Diretora do Foro JANAÍNA SARAIVA DA SILVA, pelo Coordenador Substituto NIRTON VICENTE SCHERER e pelos servidores lotados nessa Unidade Judiciária. Com base nas informações prestadas pelos Gestores da unidade e nos dados oriundos dos sistemas disponibilizados a essa Vice-Corregedoria Regional, apurou-se o seguinte:

1. INFORMAÇÕES GERAIS:

Data da instalação da Unidade: 16.03.1971

Data da última correição realizada: 03.09.2014

Jurisdição: Alto Feliz, Bom Princípio, Capela de Santana, Feliz, Linha Nova, Portão, São José do Hortêncio, São Leopoldo, São Sebastião do Caí, São Vendelino, Tupandi, Vale Real

1.1 Período Correcionado: de 1º.01.2014 a 29.07.2015

2. ESTRUTURA ADMINISTRATIVA/FUNCIONAL

2.1. DIREÇÃO DO FORO DA COMARCA

Juiz Diretor do Foro	Titularidade
Janaína Saraiva da Silva	2ª Vara do Trabalho de São Leopoldo

2.2. SERVIDORES

A Coordenadoria de Controle da Direção do Foro de São Leopoldo gerencia a Central de Mandados da Comarca, que atua como auxiliar dos serviços judiciários e é subordinada à Direção do Foro Trabalhista, conforme o disposto nos arts. 119 a 129 da Consolidação dos Provimentos da Corregedoria Regional.



2.2.1. Servidores Lotados na Unidade Judiciária

Servidores lotados na Coordenadoria de Controle da Direção do Foro				
	Servidor	Cargo	Função	Data de Exercício na Unidade Judiciária
1	Josue Alfredo Barreto da Silveira	Técnico Judiciário – Área Administrativa	Coordenador – CJ1	02.12.1993
2	Nirton Vicente Scherer	Analista Judiciário – Área Judiciária	Assistente – FC02	12.04.2010
3	Lisiane Renata Kremer	Técnico Judiciário – Área Administrativa	-	14.07.2014
4	William Wagner de Melo	Técnico Judiciário – Área Administrativa	-	16.11.2011
*	Claudio Renato de Azevedo	Técnico Judiciário – Área Administrativa – Especialidade Segurança	-	11.04.2005
*	Gilmar Pereira Klock	Técnico Judiciário – Área Administrativa – Especialidade Segurança	-	27.01.1986
*	Jackson Batista Silva de Albuquerque	Técnico Judiciário – Área Administrativa – Especialidade Segurança	-	22.11.2010
*	Mario Marcio Silva da Luz	Técnico Judiciário – Área Administrativa – Especialidade Segurança	-	09.09.2013
Servidores Lotados na Central de Mandados				
	Servidor	Cargo	Função	Data de Exercício na Unidade Judiciária
1	Alicia Wilke Salvador	Analista Judiciário – Área Judiciária – Especialidade Oficial de Justiça Avaliador Federal	-	09.03.2011
2	Andre Facini Pereira	Analista Judiciário – Área Judiciária – Especialidade Oficial de Justiça Avaliador Federal	-	23.07.2012



3	Edegar Closs Pinter	Analista Judiciário – Área Judiciária – Especialidade Oficial de Justiça Avaliador Federal	-	26.02.2007
4	Endrigo Pitrez Mignoni	Analista Judiciário – Área Judiciária – Especialidade Oficial de Justiça Avaliador Federal	-	13.02.2015
5	Jose Luis Benatti Filho	Analista Judiciário – Área Judiciária – Especialidade Oficial de Justiça Avaliador Federal	-	10.12.2014
6	Moises Bueno Lopes Neto	Analista Judiciário – Área Judiciária – Especialidade Oficial de Justiça Avaliador Federal	-	10.05.2012
7	Thomaz da Costa Farias	Analista Judiciário – Área Judiciária – Especialidade Oficial de Justiça Avaliador Federal	-	16.07.2013

(Fonte: Consulta ao Sistema Recursos Humanos em 06.07.2015)

2.2.2. Padronização da Estrutura de Pessoal – Resolução nº 63/CSJT

O art. 7º, parágrafo único, da Resolução nº 63/2010 do CSJT, com as alterações previstas na Resolução nº 77/2011, também do CSJT, estabelece que competirá a cada Tribunal prover suas Centrais de Mandados com um quantitativo adequado de servidores ocupantes do cargo de Analista Judiciário – Área Judiciária – Especialidade Oficial de Justiça Avaliador Federal, para atender à demanda das jurisdições a que dão suporte.

2.2.3. Afastamento dos Servidores

Servidores Lotados na Coordenadoria de Controle da Direção do Foro				
	Servidor	Motivo	Dias de Afastamento	Total
1	Josue Alfredo Barreto da Silveira	Curso ou Evento	06 dias	07 dias
		Curso Parcial	01 dia	
2	Nirton Vicente Scherer	Curso ou Evento	03 dias	03 dias
3	Lisiane Renata Kremer	Curso ou Evento	01 dia	02 dias
		Licença Tratamento Saúde (LTS)	01 dia	
4	William Wagner de Melo	Licença Tratamento Saúde (LTS)	02 dias	02 dias
5	Claudio Renato de Azevedo	Curso ou Evento	04 dias	11 dias
		Dispensa do Ponto	02 dias	
		Licença Tratamento Saúde (LTS)	05 dias	



6	Gilmar Pereira Klock	Curso ou Evento	09 dias	27 dias
		Licença Tratamento Saúde (LTS)	18 dias	
7	Jackson Batista Silva de Albuquerque	Curso ou Evento	09 dias	13 dias
		Dispensa do Ponto	01 dia	
		Licença Tratamento Saúde (LTS)	03 dias	
8	Mario Marcio Silva da Luz	Curso Parcial	09 dias	27 dias
		Dispensa do Ponto	02 dias	
		Licença Tratamento Saúde (LTS)	16 dias	

Servidores Lotados na Central de Mandados

Servidor	Motivo	Dias de Afastamento	Total
1 Alicia Wilke Salvador	Licença-gestante	120 dias	235 dias
	Licença-gestante Prorrogação	60 dias	
	Licença Tratamento Saúde (LTS)	55 dias	
2 Moises Bueno Lopes Neto	Curso ou Evento	01 dia	02 dias
	Curso Parcial	01 dia	

(Fonte: Consulta ao Sistema Recursos Humanos em 06.07.2015)

2.2.4. Movimentação de Servidores durante o Período Correccionado

Servidores lotados na Coordenadoria de Controle da Direção do Foro

Servidor	Data de Lotação	Data de Saída	Tempo de Permanência na Unidade Judiciária	Motivo da Saída
1 Tania Regina Todt da Silva	04.10.2008	18.05.2014	5 anos, 7 meses e 14 dias	Lotação na 1ª VT de Canoas

Servidores Lotados na Central de Mandados

Servidor	Data de Lotação	Data de Saída	Tempo de Permanência na Unidade Judiciária	Motivo da Saída
1 Luciana Isabel Lisboa Soares Gomes	16.03.2012	23.11.2014	2 anos, 8 meses e 7 dias	Lotação na Central de Mandados de Gravataí
2 Rafael Angelo Slomp	30.10.2010	28.01.2015	4 anos, 2 meses e 28 dias	Vacância, em virtude de posse em outro cargo inacumulável

(Fonte: Consulta ao Sistema Recursos Humanos em 14.07.2015)



2.2.5. Estagiários:

Em consulta ao Sistema Recursos Humanos, em 14.07.2015, verificou-se que a Unidade Judiciária não conta com estagiário.

2.3. CAPACITAÇÃO DOS SERVIDORES DURANTE O PERÍODO CORRECIONADO:

Servidores lotados na Coordenadoria de Controle da Direção do Foro					
	Servidor	Gestão Estratégica	PJe	Demais Cursos	Total
1	Josué Alfredo Barreto da Silveira *	22 horas	0	45 horas	67 horas
2	Nirton Vicente Scherer	0	0	280 horas	280 horas
3	Lisiane Renata Kremer	0	8 horas	119 horas	127 horas
4	William Wagner de Melo	0	0	20 horas	20 horas
5	Claudio Renato de Azevedo	0	0	46 horas	46 horas
6	Gilmar Pereira Klock	0	0	36 horas	36 horas
7	Jackson Batista Silva de Albuquerque	0	0	166 horas	166 horas
8	Mario Marcio Silva da Luz	0	0	36 horas	36 horas
Servidores Lotados na Central de Mandados					
	Servidor	Gestão Estratégica	PJe	Demais Cursos	Total
1	Alicia Wilke Salvador	0	0	0	0
2	Andre Facini Pereira	0	0	0	0
3	Edegar Closs Pinter	0	0	0	0
4	Endrigo Pitrez Mignoni	0	0	0	0
5	Jose Luis Benatti Filho	0	0	4,5 horas	4,5 horas
6	Moises Bueno Lopes Neto	0	0	64 horas	64 horas
7	Thomaz da Costa Farias	0	0	2 horas	2 horas

(Fonte: Consulta ao Sistema Recursos Humanos em 14.07.2015)

* Gestora da Unidade Judiciária.

3. ATIVIDADES DA COORDENADORIA DE CONTROLE DA DIREÇÃO DO FORO

3.1. EXPEDIÇÃO DE CERTIDÕES NEGATIVAS



CERTIDÕES NEGATIVAS			
	Certidões Expedidas	Emolumentos arrecadados	Emolumentos dispensados
2013	1.390	R\$ 7.090,38	R\$ 597,25
Média mensal – 2013	115,83	R\$ 590,87	R\$ 49,77
2014	1.056	R\$ 5.844,92	R\$ 0,00
Média mensal - 2014	88	R\$ 487,08	R\$ 0,00
Varição 2013-2014	-24,03%	-17,57%	-100,00%
2015 (até maio)	467	R\$ 2.587,17	R\$ 0,00

(Fonte: Consulta ao Sistema Boletim Foro em 09.07.2015)

Segundo os dados obtidos do programa Boletim Foro, foram recebidas pela Unidade, em média, 88 solicitações de emissão de certidão negativa por mês em 2014. Em relação ao ano anterior, registrou-se queda de 24,03 na média de certidões expedidas mensalmente.

Em regra, as certidões negativas solicitadas são disponibilizadas ao requerente no momento do pedido ou em até 24 horas, dependendo da demanda e a necessidade de uma maior pesquisa no sistema INFOR e PJe, conforme informado pelo Coordenador.

A documentação necessária para confecção da certidão é conferida ao ser protocolado o requerimento e, após a expedição da certidão, os requerimentos originais, os documentos que acompanham e a guias comprovante de recolhimento de emolumentos (GRU) são arquivadas em pasta própria.

3.2. UNIFICAÇÃO DE DADOS CADASTRAIS

3.2.1. Reclamadas

UNIFICAÇÃO CADASTRAL DE RECLAMADAS			
	Unificadas	Não unificadas	Total
Reclamadas	6.207 – 15,31%	34.342 - 84,69%	40.549
Processos com reclamadas	61.881 (Totalmente) – 60,88%	31.436 – 30,93%	101.643
	8.326 (Parcialmente) – 8,19%		

(Fonte: Consulta ao Sistema inFOR em 09.07.2015)

Em observância ao disposto no §º4 do art. 41 da CPCR, os dados cadastrais das reclamadas devem ser unificados em todas as Unidades Judiciárias da Região.

Segundo as informações prestadas pelo Coordenador, a unificação dos dados cadastrais das reclamadas é realizada mediante a observância de cópia



de alteração de contrato social, determinação em ata de audiência, peticionamento solicitando alterações cadastrais, sendo requerido ao Juiz Diretor do Foro a unificação, conforme disposto no art. 42, §1º da CPCR. A tarefa era realizada semanalmente. Atualmente, após a implantação do PJe, quando a Secretaria da Corregedoria comunica a unificação cadastral de partes dos processos eletrônicos, a Coordenadoria procede à conferência de mesma reclamada também no inFOR, requerendo ao Juiz Diretor do Foro as devidas retificações no sistema, com a unificação dos dados cadastrais em face do disposto nos artigos 41, §3º e 42, §1º, ambos da Consolidação dos Provimentos da Corregedoria Regional.

Em observância ao disposto no §º4 do art. 41 da CPCR, os dados cadastrais das reclamadas devem ser unificados em todas as Unidades Judiciárias da Região. Considerando que a tramitação processual das ações distribuídas a partir do dia 06.12.2012 passou a ser feita exclusivamente pelo sistema de processo judicial eletrônico da Justiça do Trabalho (PJe-JT), consoante disciplinado pela Portaria Conjunta TRT4 nº 4.399/2014, apenas nos processos que ainda tramitam por meio físico se faz necessária a unificação de dados cadastrais.

De acordo com os dados do sistema informatizado, consultados no dia 09.07.2015, apenas 15,31% das reclamadas do Foro Trabalhista de São Leopoldo encontravam-se com cadastro unificado. Os processos com cadastro de reclamadas totalmente unificado representavam 60,88% dos processos que tramitam no Foro. Esses números apontam estagnação em relação aos dados colhidos na Inspeção Correccional de 2014, cujos percentuais alcançavam 15,55% de reclamadas unificadas e 60,91% de processos com cadastros de reclamadas totalmente unificados.

3.2.2. Endereços de advogados

UNIFICAÇÃO CADASTRAL DE ENDEREÇOS DE ADVOGADOS				
		Unificados	Não unificados	Total
Endereços dos Advogados		4.890 – 32,20%	10.294 – 67,80%	15.184
Processos com Endereços de Advogados	Reclamante	52.003 (Totalmente) – 51,16%	49.119 – 48,33%	101.643
		521 (Parcialmente) – 0,51%		
	Reclamada	28.124 (Totalmente) – 27,67%	66.865 – 65,78%	
		6.654 (Parcialmente) – 6,55%		

(Fonte: Consulta ao Sistema inFOR em 09.07.2015)

Consoante os dados do sistema informatizado inFOR, 32,20% dos endereços de advogados cadastrados no Foro de São Leopoldo encontravam-se unificados. Além disso, nos processos cadastrados no Foro, os endereços dos advogados de reclamantes que se encontravam totalmente unificados representavam 51,16%, ao passo que os endereços dos advogados de reclamadas que se encontravam totalmente unificados representavam 27,67%.



3.2.3. Órgãos

UNIFICAÇÃO CADASTRAL DE RECLAMADAS			
	Unificadas	Não unificadas	Total
Órgãos	1.132 – 75,47%	368 – 24,53%	1.500
Processos com Órgãos	13.508 – 89,83%	1.529 – 10,17%	15.037

(Fonte: Consulta ao Sistema inFOR em 10.03.2015)

De acordo com o sistema informatizado inFOR, destaca-se que 75,47% do cadastro de órgãos do Foro se encontrava unificado, restando 368 órgãos não unificados no Foro Trabalhista de São Leopoldo.

3.3. CADASTRAMENTO DE PETIÇÕES INICIAIS

DISTRIBUIÇÃO DE AÇÕES – PROCESSOS FÍSICOS				
	2013	2014	Variação 2013-2014	2015 (até maio)
Ação Anulatória	0	0	-	0
Ação Cautelar	0	0	-	0
Ação Civil Coletiva	0	0	-	0
Ação Civil Pública	0	0	-	0
Ação de Cobrança de Contribuição Sindical	0	0	-	0
Ação de cobrança de honorários	0	0	-	0
Ação de consignação	0	0	-	0
Ação de cumprimento	0	0	-	0
Ação de indenização	0	0	-	0
Ação declaratória	0	0	-	0
Ação monitória	0	0	-	0
Ação possessória	0	0	-	0
Ação de repetição de indébito	0	0	-	0
Ação de representação sindical	0	0	-	0
Ação rescisória-instrução	0	0	-	0
Carta de Ordem	0	0	-	0
Carta de sentença	16	4	-75,00%	4
Carta precatória	0	0	-	0
Carta rogatória	0	0	-	0



DC/RDCV-instrução	0	0	-	0
Embargos de terceiro	2	3	50,00%	9
Habeas corpus	0	0	-	0
Habeas data	0	0	-	0
Homologação	0	0	-	0
Inquérito	0	0	-	0
Mandado de segurança	0	0	-	0
Outros	9	2	-77,78%	2
Protesto	0	0	-	0
Reclamatória-ordinário	9	0	-100,00%	0
Reclamatória-sumaríssimo	1	0	-100,00%	0
Restauração de autos	0	0	-	0
TEE Outros	0	0	-	0
TEE ajuste de conduta MPT	0	0	-	0
TEE conciliação da CCP	0	0	-	0
TEE multa DRT	0	0	-	0
TOTAL	37	9	-75,68%	15
MÉDIA POR MÊS	3,08	0,75	-75,68%	3,00

(Fonte: Consulta ao Sistema inFOR em 14.07.2015)

No ano de 2014, foram distribuídas 9 novas ações em meio físico no Foro de São Leopoldo. Esse número foi inferior em 28 processos as ações distribuídas em 2013, constatando-se uma queda de 75,68% na média mensal de distribuições.

Necessário destacar, considerando a implantação do PJe-JT em 06.12.2012, que os cadastramentos realizados no sistema informatizado em 2013 e 2014 referem-se a petições iniciais vinculadas a processos físicos ainda em tramitação (v.g., cartas de sentença, embargos de terceiro).

Segundo informações prestadas pelo Coordenador substituto, nos anos de 2013 e 2014 foram reduzidas a termo 3 reclamações trabalhistas verbais, procedimento que foi realizado pelo próprio coordenador ou seu assistente. Atualmente, a Coordenadoria, se necessário, distribui a ação junto ao PJe com base no art. 791-CLT (atermação), apenas com as informações e documentos indispensáveis, apresentados pela parte interessada, que posteriormente é encaminhada ao Diretor de Secretaria da respectiva Vara Trabalhista, para a redução à Termo.

3.4. PROTOCOLO DE DOCUMENTOS E PETIÇÕES



Petições e documentos protocolados							
	1ª Vara	2ª Vara	3ª Vara	4ª Vara	Total	Dias úteis	Média/dia
2013	7.118	6.310	7.754	6.822	28.004	232	120,71
2014	3.920	3.106	3.454	3.449	13.929	227	61,36
Variação 2013-2014	-44,93%	-50,78%	-55,46%	-49,44%	-50,26%	-2,16%	-49,17%
2015 (até maio)	1.118	852	709	859	3.538	86	41,14

(Fonte: Consulta ao Sistema inFOR em 09.07.2015)

Verificou-se, no sistema informatizado, que a Unidade Judiciária protocolou 13.929 petições e documentos em 2014. Esse número corresponde a uma média de 61,36 protocolos a cada dia útil no período. Na comparação com os números do ano anterior, verifica-se redução de 49,17% na média diária de petições e documentos protocolados.

De acordo com o Coordenador, quando do encerramento do expediente, às 18h, após o lançamento de todas as petições e processos recebidos no setor, emite-se listagens específicas de cada Vara e procede-se à conferência (realizando as correções necessárias) e esta listagem impressa acompanha o protocolo respectivo, sendo encaminhado no mesmo dia às Varas do Trabalho, à exceção da 4ª Vara do Trabalho, pois está localizada em outro prédio, distante cerca de 100 metros do Foro. Para esta vara, as petições e documentos são encaminhados na manhã posterior ao recebimento, excetuando-se urgências, que seguem no mesmo dia.

3.5. ARQUIVO

Nos termos do art. 50, V, da CPCR, incumbe ao Coordenador da Distribuição dos Feitos, organizar e manter o arquivo dos processos recebidos das Varas do Trabalho.

O arquivo das Varas do Trabalho de São Leopoldo localizava-se na Rua Júlio de Castilhos, 63 (prédio contíguo ao Foro Trabalhista). Porém, o imóvel destinado a este fim foi demolido, visando à construção do novo Foro. Atualmente os processos findos estão em 02 containers, instalados no estacionamento junto ao Foro.

Os processos arquivados são encaminhados em guias pelas Varas do Trabalho, as quais são conferidas na Coordenadoria quanto ao número dos processos, ao nome das partes e à numeração de volumes. Após, é feita a identificação do lote de arquivamento e a remessa dos processos ao arquivo.

Conforme a vistoria feita na data da inspeção correcional, constatou-se a separação dos processos enviados para arquivamento por Vara do Trabalho. Os processos estão separados em lotes, com informação sobre a Vara a que estão vinculados, o número de ordem e o ano do arquivamento. O arquivo,



ainda que provisoriamente instalado nos contêineres, encontrava-se bem organizado de forma a possibilitar a localização dos processos arquivados.

De acordo com os dados do sistema informatizado, no ano de 2014, foram encaminhadas 89 guias de arquivamento pela 1ª Vara do Trabalho, 97 guias pela 2ª Vara, 71 guias pela 3ª Vara e 83 guias pela 4ª Vara do Trabalho, totalizando 340 guias de arquivamento no ano.

3.6. LIVRO CARGA DE ADVOGADOS

Processos em carga com prazo excedido			
Processo	Data da carga	Data prevista para devolução	Prazo de carga excedido (em dias)
0000877-29.2010.5.04.0332	26.03.2015	06.04.2015	3 meses e 11 dias

(Fonte: Consulta ao Sistema inFOR em 17.07.2015)

A partir da análise do livro carga de processos arquivados, constatou-se a existência de um processo em carga com prazo de devolução vencido, sem a cobrança de devolução dos autos nos dez dias subsequentes.

4. ATIVIDADES DA CENTRAL DE MANDADOS

4.1. DIVISÃO TERRITORIAL DA JURISDIÇÃO PARA CUMPRIMENTO DE MANDADOS

Conforme o disposto no art. 123 da CPCr, o território da jurisdição em que está instalada a Central de Mandados deve ser dividido em setores, na proporção do número de servidores em exercício responsáveis pela execução de mandados, os quais atuarão em regime de revezamento, não excedente a 6 meses, para fins de distribuição e cumprimento.

Segundo as informações prestadas pelo Coordenador da Central de Mandados, a jurisdição do Foro Trabalhista de São Leopoldo está dividida em 7 setores, consoante a especificação abaixo (com vigência de 01.07.2015 a 30.09.2015).

Setor 1 - Oficial Moises Bueno Lopes Neto: compreende os bairros Padre Réus, Fião, Cristo Rei, Santa Tereza, Duque de Caxias e São João Batista, bem como os municípios de Capela de Santana, São Sebastião do Caí.

Setor 2 – Oficial Alicia Wilke Salvador: compreende os bairros Centro – BR 116, São Miguel e Vicentina.

Setor 3 - Oficial Endrigo Pitrez Mignoni: compreende os bairros Centro, São José, Pinheiro, Rio dos Sinos e Santos Dumont.

Setor 4 – Oficial Edegar Closs Pinter: compreende os bairros Campina, Arroio da Manteiga, Scharlau e Boa Vista.



Setor 5 – Oficial Andre Facini Pereira: compreende os bairros Morro do Espelho e Jardim América, bem como o município de Portão.

Setor 6 – Oficial José Luis Benatti Filho: compreende o bairro Feitoria, bem como os municípios de Bom Princípio, São Vendelino e Tupandi.

Setor 7 – Oficial Thomaz da Costa Farias: compreende os bairros Rio Branco, São Borja, Santo André, Campestre, bem como os municípios de São José do Hortêncio, Feliz, Linha Nova, Alto Feliz e Vale Real.

Em cumprimento ao disposto no art. 123 da CPCR, o Coordenador da Central de Mandados atestou que o revezamento dos Oficiais de Justiça entre os setores é feito a cada 3 meses.

4.2. DISTRIBUIÇÃO E DEVOLUÇÃO DOS MANDADOS

Consoante o relato do Coordenador da Central de Mandados, a distribuição dos mandados é feita uma vez por semana, às sextas-feiras. Os mandados classificados como urgentes são distribuídos de imediato ao oficial setorista para cumprimento, conforme a urgência, e os mandados de plantão são distribuídos imediatamente ao oficial de justiça que estiver de plantão na respectiva data.

O exame das certidões e dos autos lavrados pelos oficiais de justiça avaliadores é feito pelo Coordenador e, em seus impedimentos, por seu substituto legal, nos termos do art. 122, VIII, da CPCR. Segundo informações do Coordenador, quando é percebida alguma divergência ou incompletude no cumprimento, o Oficial de Justiça é questionado. Após a análise, os mandados cumpridos são devolvidos às Secretarias das Varas, o que é feito diariamente.

4.3. EXAME DO LIVRO CARGA DE MANDADOS

4.3.1. Mandados recebidos das Varas do Trabalho

Número de mandados recebidos para cumprimento						
	1ª Vara	2ª Vara	3ª Vara	4ª Vara	Total	Média mensal
2013	282	419	316	401	1.418	118,17
2014	254	217	140	225	836	69,67
Varição 2013-2014	-9,93%	-48,21%	-55,70%	-43,89%	-41,04%	-41,04%
2015 (até maio)	79	66	43	49	237	47,40

(Fonte: Consulta ao Sistema inFOR em 09.07.2015)



Considerando exclusivamente os processos físicos (o PJe-JT foi implantado no Foro Trabalhista de São Leopoldo em **06.12.2012**), a Central de Mandados de São Leopoldo recebeu, **em 2014**, das quatro Varas do Trabalho, **836** mandados para cumprimento, representando queda de 41,04% na demanda na comparação com o ano de 2013.

Em relação aos mandados recebidos oriundos de processos eletrônicos (PJe), não há como apontar a efetiva quantidade, porquanto o sistema e-Gestão recupera como “recebidos” exclusivamente os mandados já cumpridos pelo oficial de justiça avaliador, não computando no total de “recebidos” aqueles ainda não cumpridos.

Considerando a soma dos mandados recebidos em meio físico (836 mandados) e aqueles distribuídos (e cumpridos) em meio eletrônico (3.791 mandados), a média mensal de mandados recebidos, que em 2013 era de 302,58, aumentou para 385,58 em 2014.

4.3.2. Cumprimento de mandados

Número de mandados cumpridos – PROCESSOS FÍSICOS				
	2013	2014	Varição 2013-2014	2015 (até maio)
Busca e Apreensão	6	4	-33,33%	0
Citação	303	156	-48,51%	69
Condução de Testemunha	17	0	-100,00%	0
Notificação	379	179	-52,77%	58
Penhora	584	372	-36,30%	75
Outros	196	136	-30,61%	40
Total	1.485	847	-42,96%	242

(Fonte: Consulta ao Sistema inFOR em 09.07.2015)

Número de mandados cumpridos – PROCESSOS ELETRÔNICOS (PJe-JT)				
	2013	2014	Varição 2013-2014	2015 (até maio)
Notificação	1.366	2.332	70,72%	1.090
Mandado	832	1.429	71,75%	636
Ofícios	15	30	100,00%	19
Total	2.213	3.791	71,31%	1.745

(Fonte: Consulta ao Sistema PJe-JT em 09.07.2015)



Foram cumpridos **4.638** mandados pelos oficiais de justiça avaliadores em 2014, dos quais 847 de processos físicos e 3.791 de processos eletrônicos. Considerando o número total de mandados recebidos das Varas (item 4.3.1 – 4.627 mandados), constata-se que foram recebidos 11 mandados a mais do que os cumpridos no mesmo lapso, diminuindo o estoque de mandados pendentes de cumprimento de 2014 para 2015.

Em 2014, a média de mandados cumpridos mensalmente, contando processos físicos e eletrônicos, foi de 308,16, média 25,42% superior à de 2013. Em relação aos tipos de diligências recebidas, os mandados de penhora são os mais comuns nos processos físicos, enquanto as notificações são mais frequentes nos processos eletrônicos.

4.3.3. Tempo médio para cumprimento dos mandados

Tempo para cumprimento dos mandados, em dias – PROCESSOS FÍSICOS				
	2013	2014	Varição 2013-2014	2015 (até maio)
Busca e Apreensão	2,50	11,25	350,00%	-
Citação	18,62	69,23	271,73%	14,20
Condução de Testemunha	19,47	-	-	-
Notificação	7,55	22,77	201,65%	8,00
Penhora	21,67	24,39	12,57%	20,69
Outros	13,42	14,22	5,94%	11,03
Prazo médio geral	16,25	30,61	88,36%	14,20

(Fonte: Consulta ao Sistema inFOR em 09.07.2015)

Tempo para cumprimento dos mandados, em dias – PROCESSOS ELETRÔNICOS (PJe-JT)				
	2013	2014	Varição 2013-2014	2015 (até maio)
Notificação	9,12	9,74	6,88%	9,40
Mandado	16,78	18,93	12,79%	16,80
Ofícios	7,20	11,40	58,33%	9,37
Total	11,98	13,22	10,30%	12,10

(Fonte: Consulta ao Sistema PJe-JT em 09.07.2015)



Em termos gerais, o tempo médio para cumprimento dos mandados pela Central de Mandados de São Leopoldo aumentou em 2014. Em 2013, o prazo médio geral foi de 16,25 dias nos processos físicos, enquanto que, em 2014, esse prazo foi de 30,61 dias (aumento de 88,36%). Nos mandados oriundos do PJe, o tempo médio para cumprimento em 2014 aumentou de 11,98 para 13,22 dias (aumento de 10,30%). Em 2015, todavia, os dados parciais apontam queda no tempo médio para cumprimento dos mandados oriundos de processos físicos e estabilização naqueles do PJe.

Salienta-se que o aumento dos prazos é verificado em todas as espécies de mandado sujeitos a prazo. Em relação aos mandados de condução de testemunha, cabe destacar que não se verificou atraso, uma vez que só podem ser cumpridos no dia da audiência.

Em relação ao tempo de cumprimento de cada tipo de mandado, constata-se que o prazo dos mandados de citação é o mais moroso, levando, em média, 69,23 dias para cumprimento pelos oficiais de justiça avaliadores, seguido do prazo dos mandados de penhora, cuja média foi de 24,39 dias para cumprimento. Por outro lado, o cumprimento mais célere é verificado na notificação do PJe (9,74 dias) e na busca e apreensão dos autos de processos físicos (11,25 dias).

4.3.4. Número de mandados devolvidos com atraso pelos oficiais de justiça avaliadores

Número e percentual de mandados devolvidos com atraso – PROCESSOS FÍSICOS						
	2013		2014		2015 (até maio)	
	Quantidade	Percentual	Quantidade	Percentual	Quantidade	Percentual
Busca e Apreensão	0	0,00%	1	25,00%	0	-
Citação	97	32,01%	48	30,77%	23	33,33
Condução de Testemunha	5	29,41%	0	-	0	-
Notificação	65	17,15%	45	25,14%	10	17,24
Penhora	212	36,30%	153	41,13%	36	48,00
Outros	40	20,41%	32	23,53%	13	32,50
Total Geral	419	28,22%	279	32,94%	82	33,88

(Fonte: Consulta ao Sistema inFOR em 09.07.2015)

Número e percentual de mandados devolvidos com atraso - PROCESSOS ELETRÔNICOS (PJe-JT)		
2013	2014	2015 (até maio)



	Quantidade	Percentual	Quantidade	Percentual	Quantidade	Percentual
Notificação	642	47,00%	1.113	47,73%	411	37,71%
Mandados	538	64,66%	1.006	70,40%	382	60,06%
Ofícios	5	33,33%	20	66,67%	10	52,63%
Total	1.189	53,73%	2.139	56,42%	803	46,02%

(Fonte: Consulta ao Sistema PJe-JT em 09.07.2015)

O prazo legal para cumprimento de mandados pelos oficiais de justiça avaliadores é de 9 dias (§2º do art. 721 da CLT), ampliado para 10 dias, nos casos de avaliação (§3º do art. 721, c/c o caput do art. 888, ambos da CLT).

Analisando-se as informações do sistema informatizado da Unidade Judiciária, observa-se, em relação aos processos físicos, que foram devolvidos 279 mandados após o decurso do prazo legal em 2014, valor correspondente a 32,94% de todos os mandados cumpridos. O índice é elevado e demonstra piora em relação aos dados de 2013, cujo percentual de mandados devolvidos com atraso alcançava 28,22%.

Quanto aos mandados decorrentes de processos eletrônicos, observa-se que foram devolvidos 2.139 mandados com atraso em 2014, equivalente a 56,42% de todos os mandados cumpridos, ao passo que em 2013 o número de mandados devolvidos com atraso correspondeu a 53,73% do total de mandados.

4.3.5 Número de mandados recebidos e cumpridos por oficial de justiça avaliador

Os quadros abaixo contêm os números de mandados recebidos e cumpridos mensalmente por oficial de justiça avaliador da Central de Mandados de São Leopoldo.

	OFICIAL ALICIA WILKE SALVADOR					
	<u>PROCESSOS FÍSICOS</u>					
	Total em 2013		Total em 2014		Total em 2015 (até maio)	
	Recebidos	Devolvidos	Recebidos	Devolvidos	Recebidos	Devolvidos
Busca e Apreensão	00	00	02	02	00	00
Citação	09	08	31	31	06	07
Condução de Testemunha	00	00	00	00	00	00
Notificação	07	07	24	24	06	06
Penhora	22	21	66	63	11	12
Outros	07	05	31	33	03	03



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 4ª REGIÃO
VICE-CORREGEDORIA REGIONAL

Total	45	41	154	153	26	28
OFICIAL ALICIA WILKE SALVADOR						
<u>PJe</u>						
Total em 2013		Total em 2014		Total em 2015 (até maio)		
	Recebidos	Devolvidos	Recebidos	Devolvidos	Recebidos	Devolvidos
Notificação	-	211	-	405	-	05
Mandado	-	147	-	197	-	08
Ofício	-	04	-	02	-	00
Total	-	362	-	604	-	13

OFICIAL ANDRE FACINI PEREIRA						
<u>PROCESSOS FÍSICOS</u>						
Total em 2013		Total em 2014		Total em 2015 (até maio)		
	Recebidos	Devolvidos	Recebidos	Devolvidos	Recebidos	Devolvidos
Busca e Apreensão	00	00	00	00	00	00
Citação	49	51	23	21	08	09
Condução de Testemunha	01	01	00	00	00	00
Notificação	80	83	25	24	16	16
Penhora	100	99	52	52	09	10
Outros	41	45	30	30	06	06
Total	271	279	130	127	39	41

OFICIAL ANDRE FACINI PEREIRA						
<u>PJe</u>						
Total em 2013		Total em 2014		Total em 2015 (até maio)		
	Recebidos	Devolvidos	Recebidos	Devolvidos	Recebidos	Devolvidos
Notificação	-	206	-	381	-	135
Mandado	-	144	-	177	-	105
Ofício	-	05	-	08	-	02
Total	-	355	-	566	-	242

OFICIAL EDEGAR CLOSS PINTER
PROCESSOS FÍSICOS



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 4ª REGIÃO
VICE-CORREGEDORIA REGIONAL

	Total em 2013		Total em 2014		Total em 2015 (até maio)	
	Recebidos	Devolvidos	Recebidos	Devolvidos	Recebidos	Devolvidos
Busca e Apreensão	03	03	00	00	00	00
Citação	51	54	15	15	24	20
Condução de Testemunha	07	07	00	00	00	00
Notificação	67	70	20	21	11	10
Penhora	93	94	44	43	19	17
Outros	33	34	09	08	13	12
Total	254	262	88	87	67	59

OFICIAL EDEGAR CLOSS PINTER

PJe

	Total em 2013		Total em 2014		Total em 2015 (até maio)	
	Recebidos	Devolvidos	Recebidos	Devolvidos	Recebidos	Devolvidos
Notificação	-	259	-	274	-	211
Mandado	-	162	-	167	-	147
Ofício	-	02	-	07	-	05
Total	-	423	-	448	-	363

OFICIAL ENDRIGO PITREZ MIGNONI

PROCESSOS FÍSICOS

	Total em 2013		Total em 2014		Total em 2015 (até maio)	
	Recebidos	Devolvidos	Recebidos	Devolvidos	Recebidos	Devolvidos
Busca e Apreensão	00	00	00	00	00	00
Citação	00	00	00	00	04	04
Condução de Testemunha	00	00	00	00	00	00
Notificação	00	00	00	00	08	07
Penhora	00	00	00	00	06	05
Outros	00	00	00	00	11	09
Total	00	00	00	00	29	25

OFICIAL ENDRIGO PITREZ MIGNONI

PJe



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 4ª REGIÃO
VICE-CORREGEDORIA REGIONAL

	Total em 2013		Total em 2014		Total em 2015 (até maio)	
	Recebidos	Devolvidos	Recebidos	Devolvidos	Recebidos	Devolvidos
Notificação	-	00	-	00	-	153
Mandado	-	00	-	00	-	104
Ofício	-	00	-	00	-	05
Total	-	00	-	00	-	262

OFICIAL JOSE LUIS BENATTI FILHO <u>PROCESSOS FÍSICOS</u>						
	Total em 2013		Total em 2014		Total em 2015 (até maio)	
	Recebidos	Devolvidos	Recebidos	Devolvidos	Recebidos	Devolvidos
Busca e Apreensão	00	00	00	00	00	00
Citação	00	00	01	01	16	15
Condução de Testemunha	00	00	00	00	00	00
Notificação	00	00	02	02	09	09
Penhora	00	00	02	01	14	14
Outros	00	00	01	00	06	07
Total	00	00	06	04	45	45

OFICIAL JOSE LUIS BENATTI FILHO <u>PJe</u>						
	Total em 2013		Total em 2014		Total em 2015 (até maio)	
	Recebidos	Devolvidos	Recebidos	Devolvidos	Recebidos	Devolvidos
Notificação	-	00	-	04	-	223
Mandado	-	00	-	06	-	105
Ofício	-	00	-	00	-	01
Total	-	00	-	10	-	329

OFICIAL MOISES BUENO LOPES NETO <u>PROCESSOS FÍSICOS</u>						
	Total em 2013		Total em 2014		Total em 2015 (até maio)	
	Recebidos	Devolvidos	Recebidos	Devolvidos	Recebidos	Devolvidos



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 4ª REGIÃO
VICE-CORREGEDORIA REGIONAL

Busca e Apreensão	00	00	01	01	00	00
Citação	30	35	35	35	08	08
Condução de Testemunha	00	00	00	00	00	00
Notificação	50	49	26	27	10	08
Penhora	75	84	54	56	07	08
Outros	22	20	19	24	01	01
Total	177	188	135	143	26	25

OFICIAL MOISES BUENO LOPES NETO

PJe

	Total em 2013		Total em 2014		Total em 2015 (até maio)	
	Recebidos	Devolvidos	Recebidos	Devolvidos	Recebidos	Devolvidos
Notificação	-	167	-	315	-	156
Mandado	-	73	-	208	-	66
Ofício	-	02	-	01	-	03
Total	-	242	-	524	-	225

OFICIAL THOMAZ DA COSTA FARIAS
PROCESSOS FÍSICOS

	Total em 2013		Total em 2014		Total em 2015 (até maio)	
	Recebidos	Devolvidos	Recebidos	Devolvidos	Recebidos	Devolvidos
Busca e Apreensão	00	00	02	02	00	00
Citação	09	08	31	31	06	07
Condução de Testemunha	00	00	00	00	00	00
Notificação	07	07	24	24	06	06
Penhora	22	21	66	63	11	12
Outros	07	05	31	33	03	03
Total	45	41	154	153	26	28

OFICIAL THOMAZ DA COSTA FARIAS

PJe

	Total em 2013		Total em 2014		Total em 2015 (até maio)	
	Recebidos	Devolvidos	Recebidos	Devolvidos	Recebidos	Devolvidos



Notificação	-	65	-	371	-	134
Mandado	-	38	-	279	-	76
Ofício	-	00	-	05	-	02
Total	-	103	-	655	-	212

5. CONSIDERAÇÕES SOBRE AS UNIDADES

A Coordenadoria de Controle da Direção do Foro e a Central de Mandados de São Leopoldo estão sob a coordenação de Josué Alfredo Barreto da Silveira.

A Coordenadoria de Controle tem vinculados a si oito servidores: uma função CJ1 (Coordenador – Josué), uma função FC02 (Assistente - Nirton), além de dois Técnicos Judiciários (Lisiane e William) e de quatro Técnicos Judiciários com especialidade Segurança (Cláudio, Gilmar, Jackson e Mário).

Na Central de Mandados, estão lotados sete Oficiais de Justiça Avaliadores Federais (Alicia, André, Edegar, Endrigo, José, Moises e Thomaz).

Observou-se, quando da Inspeção Correccional, que, à exceção dos Oficiais de Justiça Alicia, André, Edegar e Endrigo, os demais servidores da Coordenadoria e da Central de Mandados participaram, no período correccionado, de eventos de capacitação, apurando-se, em média, 77 horas, por servidor que atendeu a curso ou capacitação.

Não ocorreram afastamentos significativos, na Coordenadoria no período correccionado. Já na Central de Mandados, o afastamento mais relevante decorreu de licença gestante e LTS (Alicia, 235 dias).

Verificou-se movimentação de uma servidora na Coordenadoria e de dois Oficiais de Justiça na Central de Mandados.

Houve adesão de três servidores aos movimentos grevistas ocorridos em 2014. Em 2015, na greve que perdurou de 09.06.2015 a 01.10.2015, aderiram dois servidores da CCDF, três agentes de segurança, bem como três Oficiais de Justiça. Em decorrência, embora os mandados estejam sendo distribuídos, estava sendo dada prioridade aos mandados urgentes e aos processos com audiência designada, distribuídos entre os três Oficiais de Justiça remanescentes.

Verificou-se redução de 24,03% na média de certidões negativas expedidas em 2014, na comparação com o ano de 2013.

Apenas 60,88 dos processos possui reclamadas totalmente unificadas, sendo que 15,31% das reclamadas do Foro Trabalhista de São Leopoldo encontram com cadastro unificado (números semelhantes aos apresentados na inspeção correccional anterior), devendo ser envidados esforços no sentido de majoração dos percentuais verificados. Também a unificação de endereços de advogados (32,20%) e de órgãos (75,47%) merece maior atenção.

Observou-se a existência de um processo em carga com advogado com prazo excedido há mais de 10 dias, sendo necessária a cobrança de sua devolução.

Em relação à Central de Mandados, observou-se redução no número de mandados recebidos das Varas do Trabalho em 2014 na comparação com o



ano de 2013 (-41,04%), considerados exclusivamente aqueles gerados em **processos físicos**. Entretanto, se considerado o total em 2013 e 2014 de mandados recebidos das varas (processos físicos) e de mandados cumpridos (PJe), verifica-se, em 2013, um total de 3.631 mandados e, em 2014, 4.627 mandados, representando majoração de 27,43% de mandados recebidos.

Houve aumento de 88,36% no prazo médio geral para cumprimento dos mandados gerados em processos físicos, o que é preocupante. Já nos mandados oriundos de processos eletrônicos os prazos, em média menores que aqueles relacionados com processos físicos, aumentaram 10,30% em 2014.

Também cresceu, em 2014, o número de mandados devolvidos em atraso. Informou o Coordenador substituto que o fato se deve, em parte, ao afastamento em licença gestante de uma Oficiala de Justiça, com remanejamento dos setores entre os oficiais remanescentes. Também observa que os Oficiais de Justiça optam por permanecer mais tempo com os mandados para conseguir efetivar seu cumprimento, efetuando várias visitas ao local, do que devolvê-los sem solução.

Afirmou o Coordenador substituto ter sido realizado o desfazimento de bens recebidos das Varas do Trabalho e também dos pertencentes à Coordenadoria.

Destaca-se que, por ocasião da inspeção realizada no Foro Trabalhista de São Leopoldo, foi constatado pela Vice-Corregedora que a obra prevista para ocorrer atrás do prédio em que atualmente localizado, depois de superado o entrave com a aquisição de um dos dois terrenos, com projeção de pelo menos dois anos de duração, repercutirá diretamente nas salas de audiências e nos gabinetes dos juízes das 1ª, 2ª e 3ª Varas do Trabalho em razão do inevitável barulho a ser gerado e que acarretará prejuízo aos trabalhos ali desenvolvidos. Na sala de audiências da 4ª Vara do Trabalho o ruído decorre da proximidade com a via pública e o contínuo trânsito de veículos pesados como ônibus e caminhões. Em razão desses fatos, foi encaminhado ao Diretor Geral e à Secretaria de Manutenção e Projetos solicitação de estudo quanto à viabilidade da colocação de vedação acústica para as salas de audiência das quatro unidades judiciárias e, se possível, também para os três gabinetes compartilhados pelos juízes titulares e substitutos em São Leopoldo (1ª, 2ª e 3ª VT).

6. RECOMENDAÇÕES E DETERMINAÇÕES

ITEM 3.2.1, 3.2.2 e 3.2.3 (Unificação de dados cadastrais de reclamadas, advogados e órgãos) – Recomenda-se que sejam envidados esforços no aumento dos índices de unificação de dados cadastrais de reclamadas, advogados e de órgãos.

ITEM 3.6. (Livro carga de advogados) – **Determina-se** a cobrança dos autos com prazo de devolução excedido há mais de 10 dias, bem como a redução do lapso para esse fim, em cumprimento ao disposto no art. 51, §1º, da CPC.



ITEM 4.3.3. (Tempo médio para cumprimento dos mandados) – Determina-se sejam envidados esforços à redução do prazo médio para cumprimento dos mandados, especialmente os de citação, penhora e notificação.

ITEM 4.3.4. (Mandados devolvidos com atraso) - Determina-se a cobrança dos mandados com prazo de devolução excedido há mais de 10 dias, bem como a redução do lapso para esse fim, em cumprimento ao disposto no art. 51, § 1º, da CPCR, especialmente em relação aos mandados de penhora.

7. PRESENCAS

Além do tempo destinado à conclusão da inspeção e ao contato direto com os juizes e os servidores da Unidade Judiciária, a Vice-Corregedora Regional esteve na Secretaria da 1ª Vara do Trabalho da Comarca, dia 29.07.2015, das 11h às 12h, à disposição das partes, dos advogados, dos peritos e de quaisquer interessados para tratarem de questões referentes ao Foro Trabalhista de São Leopoldo, tendo comparecido, para esse fim, o Advogado Cláudio Garcez (OAB/RS 028340), que tratou de questões específicas relativas à 1ª Vara do Trabalho de São Leopoldo. À tarde, durante a inspeção correcional realizada na 4ª Vara do Trabalho, também compareceram os advogados Cláudio Garcez (OAB/RS 028340), Márcia Schwantes (OAB/RS 25752) e Lauri Kruger (OAB/RS 60258), tecendo considerações específicas sobre os procedimentos adotados pela Juíza Titular da 1ª Vara do Trabalho de São Leopoldo, sendo dito pela Vice-Corregedora que seriam objeto de atenção, destacando, entretanto, que quanto às questões jurisdicionais não compete à Corregedoria intervir.

8. PRAZO PARA RESPOSTA

O Coordenador deverá cientificar os servidores lotados nas Unidades Judiciárias das recomendações e das determinações contidas neste Relatório de Inspeção, estabelecendo-se o prazo de 30 dias para comunicação pormenorizada à Secretaria da Vice-Corregedoria sobre a adoção das medidas necessárias ao suprimento das inconsistências detectadas.

9. ENCERRAMENTO

Registra-se a cordialidade dispensada pela Juíza Diretora do Foro Janaína Saraiva da Silva, pelo Coordenador Substituto Nirton Vicente Scherer e pelos servidores presentes na Unidade Judiciária, prestando importante colaboração para o bom encaminhamento da inspeção correcional. E, para os devidos fins, é por mim, Ana Maria Lucena Adams, Chefe de Gabinete da Vice-Corregedoria, lavrado o presente Relatório, que é assinado pela Vice-Corregedora Regional.

Carmen Gonzalez
Vice-Corregedora Regional